**O CURRÍCULO PARA A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: ENFRETAMENTO AO ANALFABETISMO POLÍTICO.**

# INTRODUÇÃO

De fato que a pedagogia freireana segue sendo referência para as escolas públicas que buscam uma educação popular e democrática com qualidade social. A tradição brasileira no que diz respeito ao currículo evidencia que as instâncias centrais dos sistemas/redes de ensino têm sido responsáveis por definir e controlar as políticas de currículo que são implementadas/ concretizadas nas escolas. Essa prática tem sido responsável por uma relação verticalizada e autoritária das esferas decisórias da administração pública para com as escolas. Nesse conexo referencia-se no pensamento de Paulo Freire, que monstra ser possível e desejável inverter o vetor dessa relação, na direção de construir uma práxis na qual as escolas tenham voz e autonomia,caracterizando-seocmoconceptoras de currículo para a democracia.

Apresenta-se o pensamento de Paulo Freire como referencial para a construção de políticas de currículo democráticos que dão voz às escolas. Como ilustrações dessa possibilidade será realizada uma pesquisas ação a serdesenvolvida no município de Brejo Santo -Ce que tomará como referência o trabalho de construção de políticas curriculares na gestão Paulo Freire, em São Paulo (1989-1992)

Em termos gerais, Cohn e Werneck empenham-se na tarefa de resgate ao espaço próprio da prática polícia na sociedade contemporânea, colocando a cidadania como condição inescapável ao individuo moderno. Ante a sobreposição da vida econômica sobre a política e a “substituição do governo dos homens pela administração das coisas”. (ARON, 1976 apud JASMIN, 2000, p.73)

Ribeiro (2000, p. 21) afirma que a democracia tem a ver com a ampliação da participação do *demos* no exercício do poder. Cardoso (2004b, p. 46) completa “implica efetiva participação de todos na expressão e realização do bem comum.

Atualmente, a cidadania caracteriza-se por uma variedade de atitudes, o que nos leva a entender que o cidadão deve atuar em beneficio da sociedade, e também, que esta última deve lhes garantir os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, saúde, educação, entre tantos. (REZENDE FILHO & CÂMARA NETO, 2008)

Barbalet (1989, p.13) afirma que “ a possibilidade prática de exercer os direitos ou as capacidade legais que constituem o status do cidadão não está ao alcance de todos que o possuem.” Neste sentido, os problemas tornam-se recorrentes, como a violação dos direitos humanos, ineficiências de ordem social, entre outros, mostram que a cidadania exige mais do que o simples ato de votar ou pertencer a uma sociedade política. (REZENDE FILHO & CAMARA NETO, 2008)

A apatia popular, quanto a sua participação “consciente-crítica” no processo político é determinante no tocante a ocorrência de fenômenos político-socias como a recessão e a depressão econômica, etc. O que nos leva ao questionamento: Quanta mazela social ou prejuízo tem causado o “analfabetismo político”? (LIRA, 2009)

Os EUA foram os pioneiros na introdução e medição do analfabetismo funcional, em meados da Primeira Guerra Mundial (STICHT, ARMSTRONG apud MOREIRA, 2008) O Instituto Paulo Montenegro é a principal autoridade que mensura o analfabetismo funcional brasileiro, alerta para as dimensões do mesmo. IPM (2005, p. 12) diz “É considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever um enunciado simples, como um bilhete, por exemplo, ainda não tem as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para participar da vida social em suas dimensões no âmbito comunitário, no universo do trabalho e da política, por exemplo.” Soma-se a estes, os reais analfabetos por definição do termo.

Berttold Brecht, em seu poema crítica pesadamente o analfabetismo político ao dizer “O pior analfabeto é o analfabeto político, ele não ouve, não fala e nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, dafarinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas.” Ele desconhece o funcionamento do governo democrático. (BRECHT apud SOUZA, 2011)

O analfabetismo político, bem como a alienação social, são pesadamente nocivos ao país, comprometendo a democracia. Torna-se extraordinariamente necessário educar a população a pensar em como mudar a política, estendendo a participação do povo para além do período eleitoral. (SOUZA, 2011)

A história da educação brasileira, com relação às políticas de currículo, tem como marca a lógica do controle técnico. A construção e reformulação de currículos têm se caracterizado por um conjunto de decisões tomadas em gabinetes das Secretarias Estaduais e Municipais da Educação sobre “grades curriculares”, disciplinas, tópicos de conteúdo, carga horária, métodos e técnicas de ensino e procedimentos de avaliação. Tais decisões passam a constituir a “Pedagogia dos Diários Oficiais”, que se deriva em publicações complementares do tipo: “Guias Curriculares”, “Propostas Curriculares”, “Subsídios para Implementação do Currículo”, “Jornais Pedagógicos” e outras, chegando às escolas como pacotes que devem ser aplicados pelos professores em suas salas de aula.

O currículo se estabelece por meio da junção de saberes produzidos na sociedade e a escola é a instituição formal responsável para o seu repasse as gerações que nela passam. É o currículo que reflete todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionados aos alunos de um determinado curso.

A associação do currículo em matérias é muito antiga, comumente organizadas como disciplinas escolares que foram escolhidas para serem ensinadas a todos estudantes. Para muitos professores tido como leigos, o currículo foi e é, extramamente equivalente ao conteúdo dos livros didáticos usados pelos os mesmos ao ministrar as suas aulas. Outra visão de currículo é a de um programa publicado de forma impressa que serve como um guia para os educares de uma disciplina ou conjunto de disciplinas.

No Brasil, não existe um currículo único para todas as escola do país, no entato, os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam como sugestão, uma forma de definição das disciplinas e distribuição dos conteúdos entre os componentes curriculares propostos. Pelo fato da dimensão territorial e à diversidade cultural, política e social do país, nem sempre os Parâmetros Curriculares chegam às salas de aula.

O currículo escolar traz a história da vida do aluno e a da instituição escolar de forma dinâmica, ou melhor, no espaço escolar, se constroem e reconstroem constantemente, através de processos de valorização e do cotidiano que vivenciam, mas o currículo nem sempre é utilizado pelos os professores para o desenvolvimento de habilidades necessárias ao desempenho escolar dos alunos.

Existem de fato, analfabetos políticos, afirmamos inclusive que a maioria da população o é. Essa realidade atrela-se ao fato de que não é interessante para a política governamental brasileira que o cidadão tenha acesso a uma leal e justa educação, uma vez que, educação gera conhecimento e aquele que o possui pensa antes de agir, inclusive nos tempos eleitorais. (LIMA, 2011)

Educar para o futuro é a chave para edificação dos preceitos éticos de uma nação. A educação está diretamente ligada ao país que queremos. Uma sociedade fundada na alteridade e preocupada com a efetiva democracia agrega conhecimento. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013)

Os minicursos sobre política, sua história e funcionamento, podem resgatar as pessoas do analfabetismo político, despertando o espírito crítico e produzindo efeitos positivos para além das urnas.

 O currículo escolar é um instrumento que norteia o trabalho pedagógico desenvolvido dentro da instituição escolar, a ser definido pela visão de mundo da sociedade atual e sua prática reflete na visão de mundo expressado nos documentos orientadores por meio das formas efetivas de ação dos agentes educacionais, e, dos valores, normas, hábitos, atitudes que governam as relações nas salas de aula.

Contudo, o currículo é um instrumento de mediação entre escola e comunidade, e ao realizar essa mediação, o currículo favorece a construção da ação pedagógica por meio da articulação entre os conhecimentos construídos socialmente e transmitidos, organizados e transformados na prática cotidiana da escola, sendo assim, o currículo precisa estar em plena comunicação com o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição.

Por outro lado entende-se que o verdadeiro entendimento e observação de todos esses elementos determina e direciona à práxis do currículo, uma vez que, a articulação entre a teoria e as práticas curriculares em sala de aula se desenvolve por meio desta relação de troca de conhecimento. Desenvolver o currículo na sala de aula se faz necessário de um compromisso ético, profissional e competente por parte dos educadores no que se diz respeito a à utilização de uma importante ferramenta pedagógica que é a vivência sociocultural dos alunos e demais indivíduos da sociedade.

# OBJETIVOS

## Objetivo geral

Trabalhar o currículo escolar para o desenvolvimento de um novo paradigma de currículo para a democracia, que supere o problema do analfabetismo político.

## Objetivos específicos

* Desenvolver uma nova lógica na concepção e prática de currículo.
* Estudar uma nova racionalidade na construção de políticas curriculares para o desenvolvimento de práticas para direção a construção da democracia.
* Aprofundar os conhecimentos sobre PPP, currículo e suas relações com o trabalho pedagógico, observando sua construção e reconstrução diante de uma escola democrática.
* Analisar e elaborar o currículo desenvolvido na escola uma vez que o mesmo atende a manifestação do ensino numa hierarquia de séries.
* Trabalhar com o currículo com o intuito de atender aos interesses comuns dos alunos, partindo deles a escolha dos temas de estudo em sala aula.

# METODOLOGIA

Esta pesquisa será aplicada no formato pesquisa ação, por ser um tipo de pesquisa social de base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação que visaa resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e/ou participantes estarão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2007).

No período de 1990, o discurso sobre integração curricular foi retomado com muita força no Brasil e em muitos outros países, amparado por muitas propostas oficiais e de organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO –e o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID e como parte da literatura divulgada por autores estrangeiros e brasileiros. As diretrizes curriculares, elaboradas no movimento de reformas educacionais da época, preveem várias modalidades de integração para a Educação Básica e a Formação Docente. Conforme a linha de pensamento Lopes (2002) e de Macedo (2002), essas análise misturam e mesclam as normas com diferentes concepções teóricas e variados mecanismos de organização curricular integrada para uma formação voltada para a cidadania.

# REFERÊNCIAS

BARBALET, J. M. **A cidadania.** Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

\_\_\_\_\_\_. Problemas atuais da teoria republicana. *In*: CARDOSO, S. (Org.).**Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

DIAS, R: E.; LOPES, Alice R. C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1155-1178, 2003.

IPM, INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Folheto Analfabetismo Funcional – 2005.** São Paulo, 2005.

JASMIN, M. G. Interesse bem compreendido e virtude em A democracia naAmérica. *In*: BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

LIMA, J. **Analfabetismo político.** Bezerros/PE. Disponível para acesso em:<<http://bezerrosagora.com/site/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-Analfabetismo-Pol%C3%ADtico-Joelson-Lima.pdf>> acesso em out. 2015.

LIRA, C. **Analfabetismo político: quanto custo ao bolso do povo alagoano?**, 2009. Disponível em:<<http://www.maltanet.com.br/colunas/carlindodelira/199>> Acesso em Out. 2015.

MINISTÉIO DA JUSTIÇA. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho.** ISBN 978-85-64116-634. 2013.

MOREIRA, D. A. **Analfabetismo Funcional:** o mal nosso de casa dia. São Paulo: Pioneira, 2006.

REZENDE FILHO, C. B.; CAMARA NETO, I. A. **A evolução do conceito de cidadania.** Departamento de Ciências Socias e Letras. Universidade de Taubaté, 2009.

RIBEIRO, R. J. Democracia versus república: a questão do desejo nas lutassociais. *In*: BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 2000.

SOUZA, R. F. **O analfabetismo político no Brasil.** Disponível para acesso em: <<http://www.artigos.com/artigos/sociais/politica/o-analfabetismo-politico-no-brasil-5633/artigo/>> Acesso em out. 2015.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, P. A educação na cidade. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

Freire, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. (1968). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. (1993). Política e educação. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FREIRE, P. (1993). Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d’água, 1998.